

Prefeitura Municipal de Lavras do Sul
Estado do Rio Grande do Sul
Rua Cel. Meza, 373 - Centro - Cx. Postal n.º 05 - Lavras do Sul
Fone: 55 3282 -1244 - Fax : 55 3282 -1267
E_mail: lavras@farrapo.com.br Cep: 97390- 000

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

3º QUADRIMESTRE DE 2018

AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

A SER REALIZADA EM 28/02/2019

Atendendo ao princípio da transparência apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao Terceiro Quadrimestre de 2018, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com o art. 63 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, optamos pela divulgação semestral dos demonstrativos de que trata o art. 53 e 54 da mesma lei, através do **Relatório Resumido da Execução Orçamentária** acumulado de janeiro a dezembro de 2018. Assim, a presente avaliação fica circunscrita à análise do Balanço Orçamentário e do Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção publicados no sexto bimestre de 2018.

1- RECEITA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto que corresponde ao somatório das receitas correntes, de capital e intra-orçamentárias, excluídas as deduções para o FUNDEB, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2018 o montante de R\$ 51.235.000,00. A receita efetivada no período de janeiro a dezembro de 2018 foi de R\$40.362.496,98, tendo sido arrecadado, portanto, 78,77% da meta anual.

QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Program. no Período	Realiz. Até o Período	% Realizado com relação ao programado para o período.
1 – Receitas Correntes	45.394.196,69	38.852.472,40	85,58%
Impostos, Taxas	8.036.847,32	5.246.284,26	65,27%
Receita de Contribuições	1.535.100,00	1.420.685,04	92,54%
Receita Patrimonial	5.108.950,00	3.845.557,72	75,27%
Receita de Serviços	1.461.800,00	669.536,16	45,80%
Transferências Correntes	25.461.942,44	23.958.008,77	94,09%
Outras Rec. Correntes	25.156,93	576.365,61	2.291,08%
Receitas Correntes Intraorçam	3.764.400,00	3.136.034,84	83,30%
2 – Receitas de Capital	6.275.552,77	1.904.619,36	30,34%
Operações de Créd. BADESUL	0,00	77.200,00	-
Amort. de Empréstimos	20.000,00	6.966,09	34,83%
Transfer. De Capital	6.255.552,77	1.854.545,71	29,64%
Outras Rec. De Capital	0,00	-34.092,44	-
4 (-) Deduç. da Receita	-434.749,46	-394.594,78	90,76%
Total da Receita	51.235.000,00	40.362.496,98	78,77%

Fonte: Setor de Contabilidade

Analisando a Receita do 3º quadrimestre de 2.018, confrontando com o 3º Quadrimestre de 2.017, as Receitas Correntes foram maior em R\$ 2.082.575,70, houve um acréscimo nas Receitas de Impostos e Taxas.

A Receita Patrimonial demonstra, neste grupo os registros, principalmente, os rendimentos de aplicações e as receitas de valores mobiliários (aluguéis etc). Houve um desempenho significativo nos rendimentos de aplicações do RPPS que atingiram o montante de R\$ 3.341.514,29.

Nas transferências Correntes, a programação era de R\$ 25.461.942,44, sendo assim foi arrecadado R\$ 23.958.008,77, o que representou R\$ 1.503.933,67 a menor. Neste grupo são contabilizados os ingressos de FPM, ITR, Desoneração do ICMS, ICMS, IPVA, IPI, bem como as transferências para o fundo da Saúde, de Assistência e da Educação.

O FPM, comparado ao Exercício anterior, houve um acréscimo, de R\$ 434.364,40 na arrecadação totalizando um percentual maior de 6,27%.

Quanto ao ICMS a arrecadação foi a maior R\$ 1.511.983,99, ou seja, 11,24%, sendo que esse acréscimo foi correspondente ao crescimento do coeficiente de 2017 para 2018 que eram respectivamente 0,133432 e 0,1336804.

E quanto ao IPVA houve um acréscimo na arrecadação de R\$166.865,51 sempre comparadas com o exercício anterior.

Nas Receitas de Capital estão computadas as receitas de Amortização de Empréstimos R\$6.966,09, Transferências de Capitais R\$1.854.545,71, Operações de Créditos R\$ 77,200,00 e outras Receitas de Capital R\$ -34.092,44, totalizando o valor de R\$ de R\$ 1.904.619,36.

Abaixo descrevemos o comportamento do crescimento das receitas de recurso livre comparada com Exercícios:

Arrecadação em 2014	R\$ 11.802.040,35 +15,43%
Arrecadação em 2015	R\$ 12.239.923,96 + 3,71%
Arrecadação em 2016	R\$ 13.754.067,87 + 12,37%
Arrecadação em 2017	R\$ 14.441.619,77 + 4,99%
Arrecadação em 2018	R\$ 16.705.107,92+ 13,54%

2- DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total liquidada, no período de janeiro a dezembro de 2018, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. A despesa total liquidada, considerando as operações intra-orçamentárias (transferências patronais para o RPPS), foi de R\$ 33.862.331,23, demonstrando um superávit na execução orçamentária de R\$ 5.886.997,97. Esse resultado permite confirmar o atingimento das metas programadas para o período, no entanto, há de se considerar que neste demonstrativo estão incluídas tanto as receitas como as despesas do RPPS, considerando sempre se levando em conta que as despesas devem guardar conformidade a sua respectiva fonte de receita vinculada.

QUADRO 2 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Receita Realizada	Programada no Período	Realizada até o Período	% Real / Progr.
(1) Receita Total	51.235.000,00	40.362.496,98	78,77%

Despesa Liquidada	Programada no Período	Liquidada no Período	% Real/Prog
Despesas Correntes	37.213.378,66	30.890.757,88	83,00%
Pessoal e Encargos Sociais	26.382.100,00	22.819.436,08	86,49%
Juros e Encargos da Dívida	15.000,00	4.514,73	30,09%
Outras Despesas Correntes	10.816.278,66	8.066.807,07	74,58%
Despesas de Capital	8.050.626,61	2.971.573,35	36,91%
Investimentos	7.660.626,61	2.538.783,24	33,14%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	390.000,00	432.790,11	110,97%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.970.994,73	0,00	0,00
(2) Despesa Total	51.235.000,00	33.862.331,23	66,09%
Resultado Orçamentário (1-2)		6.500.165,75	

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros de compromissos de longo prazo, somaram R\$ 4.514,73. Já as despesas com a Amortização da Dívida totalizaram o valor de R\$ 432.790,11.

Em relação às despesas com investimentos apresentaram a execução de obras e Instalações e equipamento e material permanente. Dentre os investimentos realizados pela administração, destacamos a execução de obras na construção de uma escola e uma Creche.

3- DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

Em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses (setembro 2016 a agosto 2018), conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa com pessoal, **está abaixo** do limite máximo de 54% e também abaixo do limite prudencial que é de 51,30%, apresentando o percentual de **comprometimento de 48,75% para o Executivo**.

A **Receita Corrente Líquida** acumulada nos últimos doze meses, considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ 30.035.819,55, conforme metodologia de cálculo adotada pelo TCE/RS.

QUADRO 3 – DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA L R F

PODER	Despesa Liquidada	% RCL
Despesas com pessoal do Executivo	14.643.704,62	48,75%
Despesas com pessoal do Legislativo	742.515,92	2,47%
Total das despesas com pessoal	15.386.220,54	51,27%

Com relação à Educação:

Conforme demonstrativo específico divulgado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, as despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas conforme o Parecer Coletivo nº 001/2003 do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado no período, totalizaram R\$ 6.817.935,44, o que corresponde a 27,11% da Receita de Impostos e Transferências.

Particularmente no tocante ao FUNDEB, conforme demonstrado no referido demonstrativo, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi **superavitário** em relação ao FUNDEB. Cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 22 da Lei Federal 11.494/2007, que uma parcela não inferior a 60% do total recebido desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 2.645.880,77, o que correspondeu a 97,67% dos recursos do referido fundo.

Com relação à Saúde:

Os gastos com saúde atingiram o montante de R\$ 4.949.150,26, o que corresponde a 19,68% sobre a Receita Base da Saúde. Observa-se, portanto que, no quadrimestre, houve o **cumprimento** do mínimo de 15% estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000. Neste valor, cabe informar, está sendo considerado R\$ 2.270.605,53 que foi executado pela Fundação Médico Hospitalar Dr. Honor Teixeira Costa.

QUADRO 4 – RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITA	Programada	Realizada
3 - Correntes/Intraorçamentária	41.195.047,23	35.344.847,25
(-) Rendimentos de Aplicações	5.067.850,00	3.479.887,17
1 (=) Receitas Primárias Correntes	36.127.197,23	31.864.960,08
Receitas de Capital	6.275.552,77	1.881.614,89
(-) Operações de Crédito	0,00	77.200,00
(-) Amortização de Empréstimos	20.000,00	6.966,09
2 (=) Receitas Primárias de Capital	6.255.552,77	1.797.448,80
3 Receitas Primárias Totais (1+2)	42.382.750,00	33.662.408,88
DESPESA		
Despesas Correntes	34.202.770,82	27.666.260,47
(-) Juros e Encargos da Dívida	6.000,00	4.514,73
4 (=) Despesas Primárias Correntes	34.196.770,82	27.661.745,74
Despesas de Capital	9.275.991,94	2.971.573,35
(-) Amortização da Dívida	437.790,00	432.790,11
5 (=) Despesas Primárias de Capital	8.838.201,94	2.538.783,24
6 Despesas Primárias Líquidas (4+5)	43.034.972,76	30.200.528,98
7 Despesa Inscrita RP Não Proces	0,00	255.845,99
8 RESERVA de contingência	5.927.994,73	
9 Despesa Primária Total (4+5+8)	48.962.967,49	30.200.528,98
10 Resultado Primário (3 – 6+7)	-652.222,76	3.717.725,89
11 Saldos de Exercícios Anteriores		719.368,43
Meta Resultado Primário fixada na LDO		-2757.000,000

ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA – RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal foi de 0,00, o qual foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, que consiste na verificação da variação do saldo do endividamento no período. Por essa metodologia, leva-se em conta a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no período de referência e o saldo da dívida fiscal líquida no final do exercício anterior ao de referência. Como as disponibilidades financeiras eram maiores que a Dívida Consolidada, a Dívida Consolidada Líquida é zero, pois foi encerrado o contrato de dívida em 20/12/2018.

QUADRO 5- RESULTADO NOMINAL

Especificação	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
I – Dívida Consolidada	155.700,00	0,00
(-) DEDUÇÕES	2.615.582,21	4.834.270,80
(-) Ativo Disponível	2.615.582,21	4.835.213,82
(-) Haveres Financeiros	0,00	1.260,19
(+) Restos a Pagar Processados	581.880,89	792.370,94
II – Dívida Consolidada Líquida (III)	0,00	-0,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	155.700,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI) = (III+IV-V)	155.700,00	0,00
Resultado Nominal	Saldo em 31/12/2018	0,00
Meta Resultado Nominal fixada na LDO		2.757.000,00
Receita Corrente Líquida	29.437.180,33	

Com relação à Dívida Consolidada Líquida – DCL, cujo comprometimento em relação à Receita Corrente Líquida – RCL não deve ultrapassar o limite de 1,20, observa-se que, no final do exercício, conforme demonstrado no quadro acima, que a Administração Municipal está cumprindo plenamente os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista que as disponibilidades financeiras superam o valor da Dívida Consolidada Bruta.

4- DISPONIBILIDADES / RESTOS A PAGAR

Outro importante indicador da prudência fiscal definido na LRF diz respeito ao acúmulo de restos a pagar comparado com a disponibilidade de caixa. Os Restos a Pagar do Poder Executivo, Legislativo e FMHHTC totalizaram R\$ 795.065,92. Todos os restos a pagar, por fonte de recursos, apresentaram cobertura financeira.

5- RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

No período observado, as Receitas Previdenciárias atingiram a soma de R\$ 7.815.426,49, e as despesas com o pagamento de benefícios e outras despesas do regime de previdências, obtiveram um total de R\$ 3.733.351,46, também contabilizamos uma desvalorização nas aplicações em R\$ 25.013,31, obtendo-se um resultado superavitário de R\$ 4.082.075,03. Desta forma fica demonstrado que o crescimento financeiro do Fundo, considerando o saldo em 01 de janeiro e 31 de dezembro/2018, foi 9,52 %.

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DO RPPS

Saldo financeiro em 01 de janeiro de 2.018	R\$	42.600.994,71
Receita arrecadada no período	R\$	7.815.426,49
Despesa paga no período	R\$	- 3.733.351,46
(-) Desvalorização de Aplicações	R\$	- 25.013,31
Saldo financeiro 31 de dezembro de 2018	R\$	46.658.056,43

Demonstrativo da Receita:

Contribuição dos Servidores	R\$	1.337.877,36
Rendimentos de aplicações	R\$	3.341.514,29
Contrib. Patronal	R\$	1.407.124,24
Contrib. Patronal recuper. passivo atuarial	R\$	1.728.910,60
Total	R\$	7.815.426,49

Demonstrativo da Despesa Empenhada paga:

Inativos	R\$	2.863.622,47
Pensionistas	R\$	440.026,64
Outros Benefícios Previdenciários	R\$	214.154,21
Passagens	R\$	6.128,70
Serviço Seleção e Treinamento	R\$	20.432,00
Jetons e Conselheiros	R\$	61.680,00
Diárias	R\$	26.343,32
Locação de Softwares	R\$	15.644,74
Serviços Técnicos Profissionais	R\$	4.200,00
Serviços Bancários	R\$	169,45
Sentenças Judiciais	R\$	80.869,93
Material de Consumo	R\$	80,00
Total	R\$	3.733.351,46

Com relação ao atingimento da Meta Atuarial, informamos que não atingimos a Meta, pois nossa meta era IPCA + 6%, que chegaria em 9,79%, portanto a nossa meta sofreu 8,94 por ser uma carteira mais conservadora.

Salientamos ainda que os índices oficiais da ANBIMA também não atingiram as metas.

Desta forma fica demonstrado a movimentação do Fundo, no período de janeiro a dezembro de 2.018, com um saldo financeiro no valor de R\$ 46.658.056,43.

CONCLUSÃO:

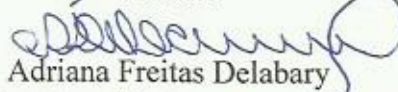
Os resultados apresentados permitem concluir que as metas de arrecadação não foram atingidas, porém a despesa executada se manteve abaixo do projetado, considerando todas as fontes de recursos. Como pode ser observado, os limites constitucionais em Educação e Saúde, excedeu ao percentual constitucional, atendendo percentual mínimo neste período, com relação ao Índice de Pessoal e a Dívida Consolidada mantiveram-se, abaixo dos limites, desta forma, foi dado atendimento aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Lavras do Sul, 26 de fevereiro de 2019.



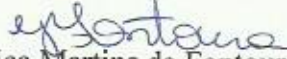
Sávio Johnston Prestes

Prefeito



Adriana Freitas Delabary

Técnica Contábil CRCRS 68.606/0-4



Jéssica Martins da Fontoura

Tec. Contábil CRCRS 88.078/0-8